

## A CAATINGA NOS DOCUMENTOS COLONIAIS: PRECONCEITO GEOGRÁFICO NO SERTÃO BAIANO

*The Caatinga in colonial documents: geographical prejudice in the backlands of Bahia*

Andreia Bonfim da Silva<sup>1</sup>

Jamille da Silva Lima-Payayá<sup>2</sup>

Douglas Vitto<sup>3</sup>

### RESUMO

A Caatinga tem sido, ao longo da história, estereotipada como algo ruim e seco. A imagem da Caatinga reduzida ao chão rachado, aos esqueletos de gado e ao sol escaldante tem raízes na colonização, que produziu preconceitos geográficos em relação à região, buscando justificar o sangramento da terra, a exploração dos recursos naturais e a expulsão dos povos originários. Desse modo, a pesquisa objetiva compreender a maneira como a Caatinga é retratada nos documentos coloniais, tensionando o sentido da Mesmidade colonial pela geograficidade e pela historicidade. Analisamos os Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania da Bahia entre os anos (1604-1828), contidos no Projeto Resgate e pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Lisboa, contendo referências à Caatinga. Desse modo, foi utilizado da paleografia para traduzir e transcrever as cartas coloniais, buscando identificar a negação da geograficidade e o preconceito geográfico nas representações da Caatinga.

**Palavras-chave:** Colonialidade. Geograficidade. Historicidade. Geografia Humanista.

### ABSTRACT

The Caatinga, located in the backlands of Bahia, has historically been stereotyped as something bad and dry. The image of the Caatinga reduced to cracked ground, cattle skeletons, and the scorching sun is rooted in colonization, which weaves prejudices, reaffirms the bleeding of the land, the exploitation of natural resources and the expulsion of the native people. Thus, the research aims to understand how Caatinga is portrayed in colonial documents, tensioning the sense of colonial Sameness through geography and historicity. We analyzed the "Single" Manuscript Documents of the Captaincy of Bahia between the years (1604-1828), contained in the Rescue Project belonging to the Overseas Historical Archive (AHU) in Lisbon, containing references to the Caatinga. Paleography was used to translate and analyze the colonial letters. In this sense, resuming these colonial documents enables an important counter-colonial movement, showing new approaches to the Caatinga, in addition to countering the distorted imagery reproduced since colonization and embedded in contemporary times.

**Keywords:** Coloniality. Geographicity. Historicity. Humanist Geography.

1 Graduada em Geografia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bolsista CNPq. bonfimandreia73@gmail.com.

✉ Departamento de Ciências Humanas, Campus IV. Rua J. J. Seabra, 158, Bairro Estação, Jacobina, BA. 44700-000.

2 Professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Universidade Estadual de Londrina). jpayaya@unicamp.br.

✉ Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas. Rua Pedro Zaccaria, 1.300, Limeira, SP. 13484-350.

3 Doutorando em Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista CAPES. d.vitto@uel.br.

✉ Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380, Campus Universitário, Londrina, PR. 86057-970.

## INTRODUÇÃO

O sertão baiano foi o foco inicial da empreitada colonial, sendo interpretado pelos colonizadores como um grande obstáculo aos seus intentos. As características peculiares da região eram constantemente ressaltadas como hostis e de difícil penetração, o que acabou também sendo estendido aos povos originários que ali habitavam. Nesse sentido, a representação da Caatinga acabou sendo carregada de estereótipos, desde a descrição de sua paisagem, de suas características fitogeográficas e de seu regime climático. À Caatinga é comumente atribuído um sentido ruim, de região seca, na qual vivem pessoas tidas como pobres, rudes e com o sotaque carregado (Teixeira; Silva; Freixo, 2018; Santos, 2023).

Nos programas de televisão, nos jornais, nos livros didáticos, na música e nas obras de literatura, a imagem da Caatinga é reduzida ao chão rachado, aos esqueletos de gado e ao sol escaldante. Castro (2001) argumenta que a redução da Caatinga à natureza semiárida e à seca constitui um imaginário regional carregado de valores simbólicos, em que essa natureza é o sujeito que faz da população a sua vítima. Muito raramente são destacadas as belezas da Caatinga, a exuberância de seus rios e riachos, a sua florescência após as chuvas, a sua resiliência, a sua riqueza cultural e a ancestralidade presente no território.

Para quem vive a Caatinga, tais imagens pejorativas geram espanto e revolta, pois revelam a prevalência da construção de um olhar externo que nega a identidade a partir da Mesmidade: o olhar do colonizador que se reproduz no colonialismo interno das relações geopolíticas da economia do conhecimento contemporâneas (Cusicanqui, 2021).

Há muitas formas de compreender tal construção imaginária, que ao longo dos mais de cinco séculos de colonização/colonialidade, têm contribuído para tal estigmatização. Podemos dizer, assim, que

a maneira como a Caatinga foi percebida pelo olhar do colonizador, eurocêntrico, expressa um modo de preconceito geográfico. Para Albuquerque Jr. (2012), o preconceito geográfico é a associação pejorativa entre a pessoa e o lugar, que os associa ao inóspito, ao inferior e ao bárbaro, por estarem fora dos limites territoriais tidos como dignos.

O preconceito a partir da origem geográfica é entendido como uma repulsa a determinados lugares e a determinadas pessoas, isto é, uma repulsa às pessoas que pertencem a determinado lugar, território ou nação, classificando-as como inferiores, sem civilização e com uma cultura insignificante (Albuquerque Jr., 2012).

Se tomarmos a compreensão de geograficidade de Dardel (2011), que considera que a situação de uma pessoa implica em um espaço onde ela se movimenta e exerce as suas trocas em diferentes direções e distâncias, propiciando o seu lugar de existência, podemos considerar que o preconceito geográfico possui implicações políticas e existenciais. Em que sentido? O autor afirma que quando a pessoa perde a sua localização ela se vê extirpada “de seu ‘lugar’” (Dardel, 2011, p. 14), ou seja, perde a sua base existencial. Deslocar o sentido de Caatinga a partir do preconceito geográfico é, portanto, uma estratégia de colonização/colonialidade que provoca desterramento, a qual é mobilizada constantemente para o controle territorial e a docilização dos corpos (Lima-Payayá, 2024). Compreender a Caatinga a partir de sua geograficidade é, portanto, um movimento contra-colonial.

Buscamos contribuir com essa discussão retomando os documentos históricos da colonização, tensionando o sentido da Mesmidade colonial pela geograficidade e pela historicidade. Para atingir esse objetivo, como caminho metodológico, buscamos entender como a Caatinga foi representada nos documentos, analisando como o preconceito geográfico orienta sua representação.

A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano  
 Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

O corpus selecionado são os Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania da Bahia (anos 1604-1828), sistematizados pelo Projeto Resgate da Biblioteca Luso Brasileira (Documentos, 2009). O referido acervo digitaliza e microfilma os documentos históricos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), um dos principais corpus documentais do período colonial do Brasil.

Selecionamos os documentos de 1721 a 1758, buscando as seguintes palavras-chave: gentio bárbaros, certão, sertão, matos, cinzento, Rio das Contas, Rio São Francisco e terras. A partir da identificação dessas palavras-chave, foi feita a leitura e a transcrição dos documentos, os quais eram, posteriormente, analisados no seu contexto histórico e geográfico articulando-se especialmente com uma leitura contra-colonial da historiografia.

Para leitura e interpretação de tais documentos, foi necessário recorrer à paleografia para realizar a transcrição e a leitura em documentos antigos, a partir da origem e da data (Berwanger; Leal, 1995). A paleografia é necessária para situar os documentos em seu devido contexto, trazendo os seus conteúdos para possibilitar as análises geográficas do passado. Segundo Acioli (2003), a paleografia é o estudo da escrita antiga, a partir das diversas formas gráficas antigas, de acordo com o lugar, o espaço e o tempo que foi escrito o manuscrito.

Revisitar os documentos manuscritos demandou cuidado e minuciosidade, como o conhecimento dos alfabetos paleográficos com diversidade de caligrafias de pessoas tão distintas, como condes, missionários, escrivães, jesuítas, capitães-mores, rei e vice-rei. Além disso, as distintas estruturas nos documentos exigiram compreender a organização e os códigos da época, como a mistura de estilos entre os bilhetes, as cartas e as saudações, e pelo efeito do tempo, as rasuras e/ou apagamentos. A diferença de dimensão e de estilo também afetou

a transcrição e a interpretação dos documentos que variam de três a trinta e cinco páginas.

Apresentamos, a seguir, os resultados organizados tematicamente, trazendo trechos selecionados dos documentos que permitem problematizar as representações da Caatinga a partir da negação da geograficidade, como expressão do preconceito geográfico que prevaleceu na constituição da relação colonial com o sertão baiano.

### OS DOCUMENTOS COLONIAIS COMO EXPRESSÃO DO PRECONCEITO GEOGRÁFICO

A geograficidade constitui o existir, implicando a terra e a corporeidade, manifestando-se no modo como as relações são construídas, em ser e pertencer aos territórios, na sacralidade dos lugares e paisagens. Para Marandola Jr. (2012) o existir é fundamentado no habitar que marca, demarca e transforma o espaço. Essas transformações moldam a relação entre o homem e a natureza, nos sentidos que as coisas são percebidas e vividas.

Entretanto, nos documentos coloniais são retiradas a relação com a terra como espaço constituído naquela época pelos povos indígenas. As descrições negativas da Caatinga e a sua exploração produziu uma narrativa pelo olhar da colonização, que caracterizou a Caatinga como “hostil”, “selvagem”, “indomável”, “triste”, “seco” e “inóspito” (Lima-Payayá, 2022, p. 38).

As características físicas da Caatinga contribuíram para que ela fosse um lugar de resistência à colonização, mas, em contrapartida, os colonizadores promoveram a sua demonização e inferiorização por meio de discursos registrados em documentos coloniais (Lima-Payayá, 2022).

## A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano

Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

A dificuldade dos colonizadores adentrarem a Caatinga foi registrada da seguinte forma: “Sendo tão dificultáveis as jornadas pelos sertões deste novo mundo, grandes as despesas, e insensíveis os embaraços, em algumas estações do ano” (AHU-Bahia, cx. 145, doc. 43, 44). Este trecho da carta foi escrito em 27 de setembro de 1758 pelo conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo referindo-se às aldeias dos povos indígenas que deveriam se constituir em vilas ao Rei de Portugal.

O não domínio e interpretação da Caatinga foi um dos maiores desafios dos colonos (Lima-Payayá, 2022), por isso, caracterizam a Caatinga como “quazy impenetravel” (AHU-Bahia, cx. 12, doc. 98). Para conhecer e andar na Caatinga, de fato, precisa de muita sabedoria e ter uma relação afetiva.

A violência na descrição da Caatinga, registrada nos documentos coloniais, nega a existência do Outro e do espaço que habita, expressando uma posição alérgica e alijada de geograficidade na relação dos colonizadores com a Caatinga.

O expressivo desconhecimento explícito nos documentos e as dificuldades de locomoção na Caatinga nas empreitadas coloniais, despertou a tirania dos colonizadores ao (re)produzir o imaginário negativo dessa paisagem: “tais imagens são oriundas das próprias dificuldades que os colonizadores, europeus e bandeirantes, encontraram diante das singularidades da Caatinga” (Lima-Payayá, 2022, p. 39).

Nesse sentido, até a palavra **sertão** foi criada pelos colonizadores, visto que, de acordo Gustavo Barroso (1947), sertão é a abreviatura de deserto grande, longe da civilização, no sentido de território não civilizado, explorado e/ou conhecido: denotando a leitura externa de quem olha para o território a partir da posição de invasão. O termo sertão surgiu no século XVI por meio dos relatos de

viajantes, que associavam o sertão ao que estava localizado longe do litoral e da civilidade, pois na época, a civilidade estava no litoral (Bonato, 2010).

O sertão assume assim o sentido de isolamento, associado ao deserto ameaçador e, por extensão, os seus habitantes, os povos indígenas, eram tidos como bárbaros (Miranda, 2009). Essas características associadas ao sertão eram tidas pelos colonizadores europeus como justificativas para invadir, conquistar, controlar e levar civilidade ao sertão, visto que “O sertão não espelha a autoimagem dos europeus e parece quase impenetrável ao progresso das luzes e ao controle estatal” (Miranda, 2009, p. 628-629).

No início do século XX o sertão passa a ser associado principalmente ao Nordeste, especificamente ao interior dos estados que constituem o Nordeste. O sertão não surge apenas como dimensão geográfica, mas associado a características depreciativas (Bonato, 2010).

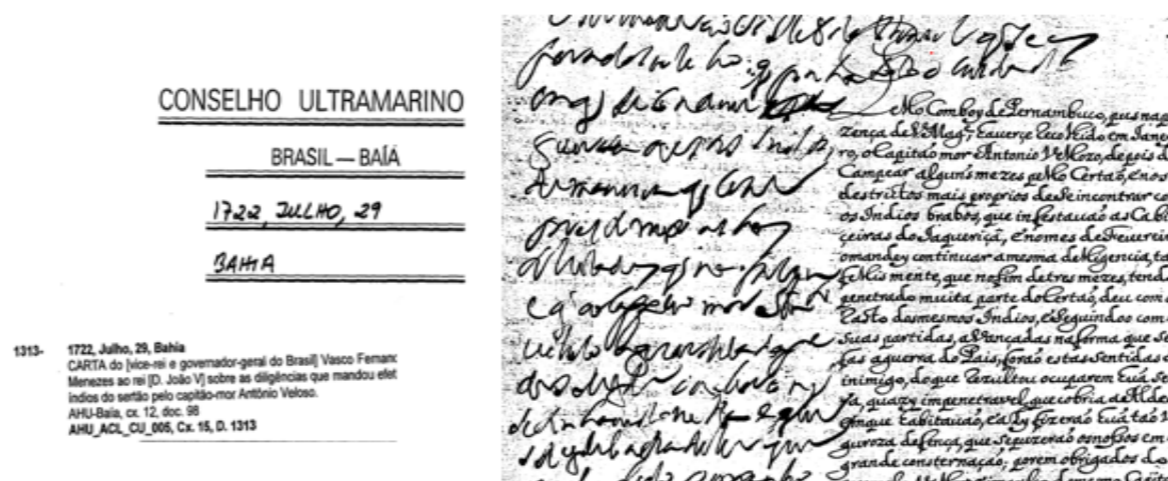
Os colonizadores, ao questionarem, aniquilarem e ridicularizarem o modo de vida daqueles que habitavam o sertão, e ao reduzi-lo à figura da natureza selvagem indomável, expressaram o preconceito geográfico impregnado na própria ignorância dos que assim pensavam. Lemos no documento escrito em 27 de setembro de 1758 pelo conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo: “vivem no matto vezinho sem missa, sem doutrina, e sem sacramentos om injuria da fé” (AHU-Bahia, cx. 145, doc. 43, 44), que expressa a inferiorização do modo de vida dos povos indígenas que habitavam o sertão, longe de um dos componentes mais importantes da dita **civilidade** europeia: a religião cristã.

Os registros dos colonizadores em relação à Caatinga e aos povos indígenas, explicitam o preconceito geográfico semeado

desde a colonização, entendido como a associação entre a pessoa e o lugar, de modo pejorativo, ao serem classificados como de fora dos limites territoriais tidos como civilizados, e por isso, inferiores e bárbaros. O preconceito geográfico é carregado de violências, de ódios e de estereótipos, produzidos e reproduzidos por uma elite intelectual branca, que tece uma narrativa histórica da conquista e ocupação do território baseada em valores exógenos à nossa geograficidade. Como mostra Holzer (1998), trata-se de um processo de transposição da paisagem e do lugar europeu para Abya Yala, consistindo na sobreposição destrutiva das geograficidades ancestralmente vividas.

A hostilidade, o preconceito e a marginalização em relação à Caatinga perpassaram pelas necessidades e pelas estratégias dos interesses econômicos, políticos e sociais da colonização, como vemos no seguinte trecho registrado em 15 de março de 1721: “Civilizar os Índios com administração a Comunicação de Administradores Seculares” (AHU-Bahia, cx. 11, doc. 122). O pretexto de civilizar os habitantes era a forma de justificar a violência, a exploração, o domínio, e o controle da terra e daqueles que a ela pertenciam, além de ocultar todas as formas de vidas, de belezas e de potencialidades da Caatinga.

A caracterização e a visão preconceituosa da Caatinga pela perspectiva do colonizador elaborou um imaginário distorcido que está fartamente descrito nas cartas coloniais, desde caracterização da paisagem, até as dificuldades nas diligências no sertão baiano, conforme a figura 1.



1313- 1722, Julho, 29, Bahia  
 CARTA do [vice-rei e governador-geral do Brasil] Vasco Fernandes César de Menezes ao rei [D. João V] sobre as diligências que mandou efetuar contra os índios do sertão pelo capitão-mor Antônio Veloso.  
 AHU-Bahia, cx. 12, doc. 98  
 AHU\_ACL\_CU\_006, Cx. 15, D. 1313

**Figura 1** - Carta escrita pelo [vice-rei e governador-geral do Brasil] Vasco Fernandes César de Menezes ao rei [D. João V] sobre as diligências que mandou efetuar contra os índios do sertão pelo capitão-mor Antônio Veloso  
**Fonte:** AHU-Bahia, cx. 12, doc. 98, 1722.

A figura 1 expressa a violência do desbravamento na Caatinga manifestada nos documentos escritos por condes, missionários, arcebispos e capitães mores. As cartas destinadas ao Rei e ao Vice-Rei de Portugal, leva informações e descrições sobre as tomadas territoriais e as dificuldades com os chamados “Gentios Bárbaros, os quais não facilitavam as diligências” (AHU-Bahia, cx. 38, doc. 17). A carta da figura 1 foi escrita em 16 de setembro de 1732, emitida pelo vice-rei e capitão-general do estado do Brasil, conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes ao rei D. João V, mostrando que, apesar das dificuldades impostas pelo gentio bárbaro, foi feita a conquista do Rio das Contas. O trecho em questão permite problematizar o sentido da palavra bárbaro.

O termo bárbaro origina-se do grego antigo, para se referir aos estrangeiros (Lima-Payayá, 2023). Nessa perspectiva, é possível ser estrangeiro na sua própria terra? A colonização foi sangrenta e cruel, e além de explorar e depreciar a Caatinga, expulsou e exterminou os povos indígenas de sua própria terra.

O trecho da carta remete ao povo Payayá, povo pertencente à Caatinga, que resistiu às inúmeras empreitadas coloniais e

## A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano

Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

participou das conflitantes guerras para proteger o seu solo sagrado. O povo Payayá viveu também no Sertão das Jacobinas, mas a colonização o tornou estrangeiro em sua própria terra (Lima-Payayá, 2024). Essa expulsão dos povos indígenas de suas próprias terras visando controlar os seus corpos e as suas terras, também pode ser entendida como desbaratamento (Lima-Payayá, 2023).

O povo Payayá, ao ser estereotipado pelos colonizadores e ter o seu território rejeitado, remete à repulsa aos diferentes corpos e aos diferentes territórios que menciona Albuquerque Jr. (2016). A repulsa à Caatinga é perceptível nos documentos coloniais, visto que a Caatinga era concebida pelos colonizadores como território não conhecido e impossível de decifrar, mas que, ao mesmo tempo, agredia o estrangeiro da forma mais dura possível.

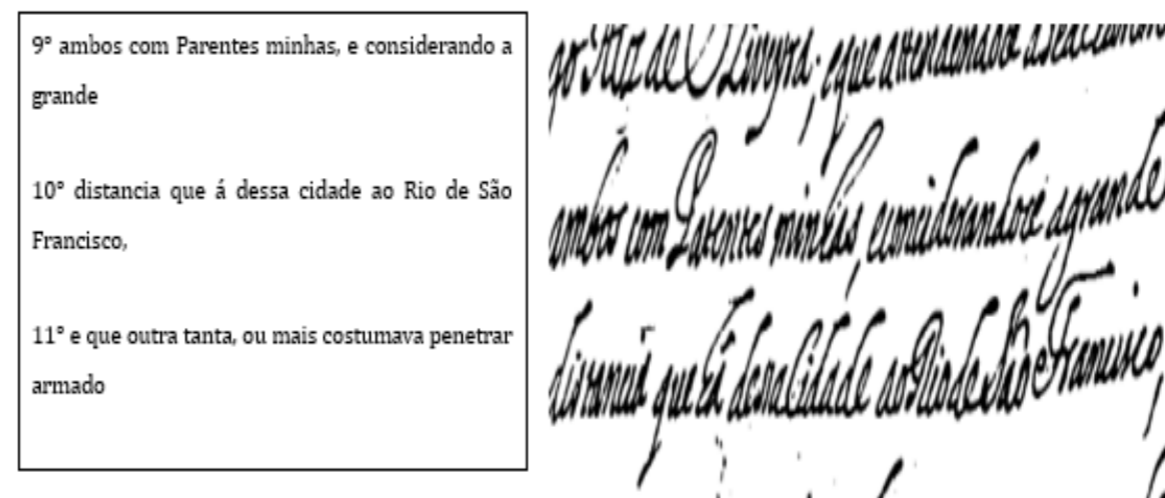
Albuquerque Jr. (2016) afirma que o diferente pode gerar medo e fascínio, o que parece descrever com precisão a relação dos colonizadores com a Caatinga. O fascínio de ter posse, de poder decifrar e de explorar. Na carta escrita em 8 de fevereiro de 1737 pelo conde ao rei D. João V, este informa os vexames causados pelos missionários em esconder por várias vezes os indígenas da Capitania da Bahia: os colonizadores enviaram para o sertão “os melhores soldados que tem Brasil para as diligências mais importantes, e trabalhozas como são as do Certão” (AHU-Bahia, cx. 60 doc. 32).

O processo de chegada e de acesso dos colonos no sertão baiano, entre o século XVI e XVIII, se dava por limites físicos naturais. Na carta escrita em 5 de janeiro de 1733 pelo vice-rei e capitão-general do estado do Brasil, conde de Sabugosa,

Vasco Fernandes César de Meneses ao rei D. João V, há os registros dos procedimentos dos governadores dos indígenas, Jorge Dias Matarohá e Diogo Alvares de Oliveira, referentes ao “Rio das Contas, Rio São Francisco” (AHU-Bahia, cx. 40 doc. 03).

O Rio das Contas está presente em dois contextos planejados pela colonização, como vila planejada e como via de circulação. Como vila planejada, uma de suas atividades principais era a mineração, tida como um dos mais importantes eixos administrativos e econômicos, “e considerando a grande distância que a dessa cidade ao Rio de São Francisco, e que outra tanta, ou mais costumava penetrar armado” (AHU-Bahia, cx. 40 doc. 03). Nas empreitadas coloniais, o Rio São Francisco era uma via de circulação, de avanço e de integração em várias regiões, possibilitando o acesso e a invasão no sertão baiano (Figura 2).

O rio é representado e utilizado de várias maneiras. Para os colonizadores, era um meio para adentrar e invadir a Caatinga, além de transportar as riquezas exploradas no território. Para alguns sertanejos, o rio é símbolo sagrado, um valor espiritual, símbolo de bênçãos divinas e elemento da fé popular. Além



**Figura 2** - Trecho da carta que fala do Rio São Francisco do [vice-rei e capitão-general do Brasil], conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses ao rei [D. João V] sobre o procedimento dos governadores dos Índios, Jorge Dias Matarohá e Diogo Alvares de Oliveira  
**Fonte:** AHU-Bahia, cx. 40 doc. 03, 1733

A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano  
 Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

disso, o rio é sinal de esperança, pois a água permite o cultivo da terra e é o elemento de sustento das famílias, ao propiciar a pesca, a agricultura, o plantio de hortaliças e que as famílias se refresquem em suas águas correntes e sagradas.

Nesse sentido, o rio, a água e a chuva têm diferentes significações. Para os colonizadores, o rio deveria ser explorado e dominado. Nessa perspectiva, o líder quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023, p.2), manifesta que “o colonizador começa por desterritorializar o ente atacado, quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados”.

Além dos colonizadores utilizarem os cursos de água para a locomoção e a chegada no sertão, também exploravam por meio da estrada real, que lhes possibilitou acessar o vasto território de exploração do sertão baiano (Almeida, 2012). De acordo com o Instituto Estrada Real (2015), a estrada real foi uma rota criada pela Coroa Portuguesa com o objetivo de oficializar e de transportar os ouros e os diamantes explorados.

O mapa traz informações da Estrada Real da Bahia que vai de Jacobina ao Rio de Contas, percorrendo 13 municípios que fazem parte do território sertanejo no período da colonização. É um mapa histórico feito à mão, a partir de uma expedição oficial de 1732, comandada por Joaquim Quaresma Delgado. Lima (2019, p. 36) afirma que “Jacobina é testemunho dos movimentos de colonização em direção ao interior brasileiro, sendo, desde o século XVII, um ponto de apoio fundamental para as chamadas entradas no sertão”.

Vários trechos dos documentos históricos indicam o processo de colonização que era parte da “Paramerinha Jacobina, com Aldya dos bárbaros escondida no ano de setecentos e vinte” (AHU-Bahia, cx. 68 doc. 65). Paramerinha, hoje denominada de **Palmeirinha**, é um povoado do município de Jacobina, em plena Caatinga. O



Figura 3 - Mapa Estrada Real da Bahia  
 Fonte: Arquivo Openstreetmap, 2008.

documento em questão é um requerimento escrito em 21 de março de 1739, de Sebastião Rodrigues Braga ao rei D. João V, solicitando a confirmação de carta patente do posto de capitão-mor da conquista e guerra do gentio bárbaro que infestava os distritos da vila do Cairu. Nota-se o processo de desterramento ao qual os povos indígenas foram submetidos, tendo que se esconder como estratégia de sobrevivência.

Os documentos coloniais mencionam também o sertão “rentável” (AHU-Bahia, cx. 38 doc. 17), o que remete a uma interpretação monetária que reduz o território à renda potencial, desfazendo-se

da terra e do povo ao mesmo tempo. Trata-se de uma perspectiva que compreende a ambos como recurso, mero meio para riqueza: “alguas e Rybeiros com ouros” (AHU-Bahia, cx. 38 doc. 17).

Na carta de 26 de março de 1743, escrita ao rei D. João V, menciona-se que “mandando derrubar os Matos para fazer madeiras, e Canôas” (AHU-Bahia, cx. 80, doc. 45). Esses trechos demonstram toda a exploração dos recursos naturais sem pensar nos impactos ambientais e humanos, reverbera o objetivo colonial do extrativismo da Caatinga, e reduz a terra e os sertanejos por meio de acumulação de riquezas.

A Caatinga é, assim, objetificada e destituída de sua sacralidade e espiritualidade. Como mostra, a Caatinga não é um mero bioma, mas é a casa indígena, casa Payayá (Lima-Payayá, 2023). Esse sentido de terra denuncia a violência simbólica que antecede a violência física na colonização: ao reduzir a Caatinga a recurso, os povos indígenas também são reduzidos em sua humanidade, tratados da mesma maneira.

No documento escrito em 21 de junho de 1734, pelo vice-rei e capitão-general do estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses, conde de Sabugosa ao rei D. João V, é explícita a retirada do sertão de sua condição de habitabilidade, vendo-o como “agreste inabitavel com mais de Sincoenta Legoas de Largo e o comprimento de todo o certão” (AHU-Bahia, cx. 47 doc. 50), ou como “tudo cizento” (AHU-Bahia, cx. 17, doc. 35).

Observa-se essa violência e essa atitude desumanizadora nos documentos coloniais. Por exemplo, comparam-se os Payayá a “bichos” ou “vermes”, e por isso ordena-se: “desinfeta o gentio bárbaro da dita fazenda” (AHU-Bahia, cx. 38 doc. 17). Ao analisar o significado no dicionário, **desinfetar** está relacionado a se livrar daquilo que

infeta, normalmente micróbios vivos (Bueno, 1985). O referido significado de desinfetar coaduna com outro trecho localizado em outro documento colonial: “Gentio bárbaro, que infesta o distrito da Villa” (AHU-Bahia, cx. 68 doc. 65).

A paisagem da Caatinga foi estereotipada por completo, pois as suas habitações eram denominadas pelos colonizadores como “taperas” (AHU-Bahia, cx. 68 doc. 65). De acordo com o dicionário, tapera significa habitação destruída, abandonada ou de má aparência (Bueno, 1985). A palavra tapera reforçava a visão colonial e o imaginário de que o território precisa ser civilizado e estar alinhado à visão do progresso, ignorando as formas de vida e as habitações locais sertanejas, visto que essas habitações eram feitas de palhas, de barro ou de madeiras.

Os documentos coloniais foram os meios pelos quais os colonizadores atacaram a Caatinga e os seus habitantes diante da impossibilidade dos colonizadores dominá-la completamente. Deste modo, a tentativa de dominação e de inferiorização da Caatinga por meio dos registros nos documentos coloniais, expressam o preconceito geográfico à Caatinga ao associá-la à hostilidade, à aridez, e reduzir os seus habitantes ao bárbaro.

Entretanto, as investidas de preconceito geográfico contra a Caatinga por meio dos documentos coloniais, do acesso à determinados cursos d’água e do desbaratamento de alguns povos indígenas, não aniquilou a geograficidade daqueles que habitavam e habitam a Caatinga.

#### A GEOGRAFICIDADE COMO RESISTÊNCIA À COLONIALIDADE

A narrativa que destila o preconceito geográfico em relação à Caatinga por meio dos documentos coloniais não está restrita ao



## A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano

Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

passado, mas permeia o presente por meio de uma colonialidade repulsiva, no sentido histórico e geográfico.

Isto é, uma colonialidade expressa no presente por meio das insuficiências de políticas públicas que valorizem o potencial socioeconômico e ambiental da Caatinga, e de algumas produções literárias.

O escritor regionalista, Euclides da Cunha (2013), em sua obra **Os sertões**, concebe a Caatinga como uma terra estranha, permeada pela seca, composta por um solo arenoso, rios insignificantes, matas empobrecidas que agridem e repulsam as pessoas, taperas obscuras e pessoas tidas como chucras. Este argumento que desvaloriza a Caatinga e a classifica como oposta à civilidade também corrobora para o preconceito geográfico.

Na obra de Graciliano Ramos (1969), **Vidas Secas**, o agreste é abordado como árido, tórrido, grosseiro e duro. O autor reforça o estereótipo em relação à Caatinga, afirmando que para ter futuro é necessário negá-la e migrar para o Sul. Para Albuquerque Jr. (2016, p.16), “o sul é valorizado como região do progresso e do futuro”.

O preconceito geográfico em relação à Caatinga e aos sertanejos também está presente no cancionário popular brasileiro, como na canção “A Triste Partida”, de 1964, interpretada por Luiz Gonzaga e composta por Patativa do Assaré. Em sua letra é perceptível a negação do lugar ao mostrar a realidade da migração do sertanejo para Sul e Sudeste do Brasil.

Agora pensando  
Ele segue outra tría  
Chamando a família  
Começa a dizer  
[...]  
Eu vendo meu burro  
Meu jegue e o cavalo

Nós vamo à São Paulo  
Viver ou morrer  
[...]  
Nóis vamo à São Paulo  
Que a coisa tá feia  
Por terras alheias  
Nóis vamo vagar  
[...]  
Pois logo aparece  
Feliz fazendeiro  
Por pouco dinheiro  
Lhe compra o que tem  
[...]  
Aquele nortista  
Partido de pena  
De longe inda acena  
Adeus meu lugar  
[...]  
De pena e saudade  
Papai sei que morro  
Meu pobre cachorro  
Quem dá de comer?  
[...]  
Distante da terra  
Tão seca, mas boa  
Exposto à garoa  
À lama e ao paú  
[...]  
Faz pena o nortista  
Tão forte, tão bravo  
Viver como escravo  
Nas terras do sul [...]  
(Assaré, 1964).

Os trechos da música trazem a negação da Caatinga e do sertão pelo seu próprio povo e pelo processo histórico, e o preconceito de maneira forçada por condições econômicas e de desigualdade social, como a concentração de terras da elite branca. A música destaca os sentimentos de marginalização, de resistência e perda,

## A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano

Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

visto que os imigrantes foram obrigados a viverem fisicamente longe de suas raízes para sobreviver em outras regiões, como o Sul e o Sudeste. Esses imigrantes foram marcados pela desumanização e pela exploração.

Ao acreditar nesse imaginário em relação à Caatinga retira-se a possibilidade de conhecer a sua beleza e a sua alteridade, e nos permite pensar no preconceito, entendido por Albuquerque Jr. (2011) como um conceito estereotipado que antecede as tentativas de conhecer o outro em sua diferença e em sua alteridade.

O imaginário descrito em obras de literatura, nos programas de televisão, nos jornais e na forma como a Caatinga é representada no imaginário nacional, mesmo na região Nordeste, surge da dominação e da objetificação que o colonizador semeou, promovendo a demonização da Caatinga, do sertanejo e de seu modo de vida. Diante dessa desvalorização da Caatinga, o nordestino tenta sair da roça e se vincular à perspectiva do desenvolvimento.

Para os colonizadores, era necessário que a Caatinga se adequasse aos padrões europeus de civilização da época. A colonização, ao categorizar a Caatinga como ruim, impulsionou por muitas vezes o povo a negar e ter vergonha do seu lugar, e a acreditar que bonito é o que vem de fora.

Para o sociólogo Anibal Quijano, a colonialidade é impregnada na ideia eurocentrada e moderna de que o imaginário é conduzido a partir da alienação social e cultural, e de que as pessoas são levadas a seguir pensamentos e identidades que não as pertencem por meio de imposições. Nesse sentido, Quijano (2005, p. 130) expressa que o colonialismo impõe pensamentos e reações de forma subjetiva que são ingeridas de forma sutil no sistema hierárquico:

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e

como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.

Esse imaginário criado pela elite branca disseminou que no sertão só existe o período da seca, pois não mostra o período das chuvas, das trovoadas, o florescer, e os frutos do xique-xique (*Pilosocereus gounellei*), da catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), do mandacaru (*Cereus jamacaru*), do ypê (*Handroanthuse*) e do licuri (*Syagrus coronata*).

Mesmo com as inúmeras investidas para a desvalorização dos sertanejos, aqueles que habitaram e habitam a Caatinga, no decorrer dos anos, resistiram por meio de iniciativas singulares de convivência e de prosperidade. Essas iniciativas evidenciaram por meio da própria forma de vida e na lida com a terra, que a Caatinga está longe de ser **improdutiva**, mas possui riquezas naturais, culturais e históricas.

Para as pessoas que habitam a Caatinga, a terra é entendida como vida, abrigo e alimento. Nesse sentido, o filósofo francês Emmanuel Lévinas, na sua obra **De outro modo que ser ou para lá da essência** expressa, “A este ser apanhado na fraternidade, que é a proximidade, damos-lhe o nome de significância” (Lévinas, 2011, p. 100).

Essa fraternidade e significação está presente na geograficidade, no conhecimento prático como modo de vida ao perceber a natureza ao seu redor com sensibilidade e saber que vai chover se ventar na direção norte.

A Caatinga não se reduz ao seu regime climatológico, pois ela está para além da redução narrativa operada pela colonização/colonialidade:

## A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano

Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

Ao contrário dos olhares coloniais, viver na Caatinga é uma dádiva. É sempre uma escuta desmesurável de intimidade com a ancestralidade. Contemplar a morfologia dos arbúsculos espinescentes e das eufórbias ásperas é fruir do pulsar da vida. Sentir a cadência dos ventos, o cheiro da terra molhada com as chuvas de verão, a força curadora da Jurema, os filamentos fibrosos dos caroás, a luminosidade do sol e da lua; perceber a cor intensa do solo que está sob a copa das quixabeiras, a amplitude do horizonte, as rochas desjulgidas pelas contrações e dilatações provocadas pela temperatura; caminhar por leitos secos de ribeirões no período de estio; ouvir o chiar da lebre ou o coaxar do caçote adivinhando chuva são possibilidades da relação energizante da hospitalidade da Caatinga. Senti-la é adentrar a intimidade do estar em casa (Lima-Payayá, 2023, p. 6).

Nesse sentido, de acordo com o Cacique Payayá (2024, p. 21), “A perda da terra força a perda da memória”. Desse modo, perder a terra não implica em perder apenas a sua materialidade, mas, em perder a força da cosmologia, a continuidade das relações e das tradições orais, culturais e afetivas de um povo.

A apropriação da terra é evidente nos documentos coloniais, pois na carta de Alferes Antônio de Sousa Pereira ao rei D. João V, escrita em 1 de setembro de 1724, é exposto “em algum tempo o domínio, e posse dasditas terras” (AHU-Bahia, cx. 17, doc. 35). A posse das terras pelos colonizadores resultava na perda de áreas de valor espiritual e cultural para os povos nativos, que foram expulsos ou forçados ao trabalho escravo.

A relação que o povo da Caatinga tem com a terra é cheia de significados, visto que a terra não é apenas um elemento natural, mas, é a vida que pulsa na identidade cultural e afetiva. A lida com a terra para os agricultores possui todo um mistério, na preparação do solo para o plantio, é saber qual é o melhor tempo para plantar a mandioca, o milho ou o feijão.

Dardel (2011, p. 8) argumenta que na experiência geográfica, as pessoas atribuem animação e fisionomia à realidade geográfica, revelando a sua experiência humana, interior e social, como o medo ou a admiração, numa cumplicidade no ser e na “realidade que só é geográfica para o homem”.

No tempo de colheita, a lua precisa estar a favor. Para colher a mandioca, por exemplo, é necessário haver sensibilidade e uma comunicação do agricultor com a lua e com o solo. A “temporalidade e a relação da mandioca com as luas, especialmente a ‘fala da mandioca’ quando o solo comunica por meio dá rachadura da terra” (Silva, 2024, p.30).

Dardel (2011, p. 32) não concebe a terra como posse, mas como a base e o meio de realização, numa presença atraente ou estranha que afeta a carne e o sangue, num horizonte de possibilidades “manifestação de seu ser com os outros [...] expressão fiel da existência”, numa relação existencial. É saber os ciclos da chuva só de olhar o horizonte, pois o conhecimento é na vivência e na relação com o meio. A resiliência do povo sertanejo é manifestada de várias formas, uma delas é aprender ao longo do tempo que não se combate a seca, mas se aprende a conviver com ela.

Segundo Dardel (2011, p.49) “nascer, reproduzir, germinar, a Terra é, sob todos os aspectos, potencial da vida”. O costume de cozinhar com a lenha faz parte da cultura sertaneja. O sabor dos pratos preparados no fogão a lenha garante a identidade culinária e cultural no sertão baiano.

O símbolo de força da mulher sertaneja com o feixe de lenha na cabeça revela a resistência e a sabedoria em lidar e saber se localizar na Caatinga adentro. Além disso, o amplo conhecimento das espécies da flora, sabendo quais árvores podem ser cortadas para lenha sem

## A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano

Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

comprometer a regeneração do bioma, contribui para a preservação ambiental.

A aproximação com a terra ao buscar a lenha possibilita uma conexão com o meio e a compreensão dos ciclos da Caatinga, tornando afetiva a relação entre as sertanejas e o bioma, visto que esses conhecimentos na experiência de vida com o bem viver são singulares em ser tão pertencente.

Silva e Lima-Payayá (2024, p. 321) argumentam que a relação das pessoas envolvidas com as plantas implica em uma geograficidade e um saber-fazer que é

Territorial e comunitário, sendo expresso no cotidiano, na experiência de um coletivo à medida que são estabelecidas trocas de plantas, de sementes, de frutos, de mudas e de folhas, expressando um sentido aterrado de compartilhamento de mútuos aprendizados.

O rio é símbolo sagrado, elemento da fé popular e sinal de esperança, pois a água permite o cultivo da terra e é o elemento de sustento das famílias ao propiciar a pesca, a agricultura, o plantio de hortaliças, e que as famílias se refresquem nas águas correntes e sagradas. O espaço aquático apenas tem significado para as pessoas, pois sem a presença das pessoas, o espaço aquático se torna “um eterno monólogo” (Dardel, 2011, p. 22).

O vaqueiro é um símbolo da cultura do sertão baiano, tido como aquele que possui maestria em andar na Caatinga, em conhecer as veredas e as trilhas ocultas, e em saber quais plantas pode encontrar água para saciar a sede. O vaqueiro tem como profissão o cuidar do gado no meio da Caatinga, montado no cavalo, utilizando o gibão, as perneiras e o chapéu de couro.

O uso dessas indumentárias protege o vaqueiro dos espinhos durante a lida com o gado, no seu trajeto e nas suas andanças

na vegetação diversa da Caatinga, além de ser identitário. Como afirma Albuquerque Jr. (2007, p. 79): “Existe uma realidade múltipla de vidas, histórias, práticas e costumes no que hoje chamamos Nordeste”.

É nessa realidade múltipla de vidas que o vaqueiro, por meio da sua experiência e por pertencer a esse lugar, a Caatinga, possui destreza e resistência. Além de cuidar do gado, o vaqueiro é a presença do conhecimento ancestral, na compreensão da fauna, na sensibilidade de conhecer os sinais da natureza e na utilização das plantas para fins medicinais. Andar na Caatinga requer “uma compreensão geográfica e ancestral” (Lima-Payayá, 2022, p. 38).

A relação com a terra daqueles que habitam a Caatinga remete a uma relação afetiva com a terra. O ser humano pode dominar determinadas áreas, sentir-se pertencente ou não, mas em sua existência não tem como estar sem nenhuma Terra. Como afirma Dardel (2011, p. 10),

Podemos nos mudar de lugar, nos desalojarmos, mas ainda é a procura de um lugar, nos é necessária uma base para assentar o ser e realizar nossas possibilidades, um aqui onde se descobre o mundo, um lá para onde nós iremos.

A Terra é experimentada como base material e espacial de toda posição da existência, circunstância, presença engajada no ser e antecede toda objetivação (Dardel, 2011).

A relação dos colonizadores com a terra, via dominação, e a relação dos povos indígenas com a terra, via pertencimento e intimidade, coexistem. Na atualidade, a relação com terra via dominação é herança da colonização que ainda repercute por meio da colonialidade embebida no preconceito geográfico. As falas “Nordeste não sabe votar” e “tem que dividir o Nordeste das outras

## A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano

Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

regiões do país”, expressas em período eleitoral, de acordo com Albuquerque Jr. (2019, p.19), implicam em um sentido xenofóbico que atribui “um certo déficit de humanidade ao outro”.

Ao mesmo tempo que o preconceito geográfico em relação à Caatinga, semeado desde a colonização, permeia a atualidade, a população que habita a Caatinga, como os povos indígenas e os sertanejos, resistem por meio de suas geograficidades cotidianas, tensionando o preconceito geográfico projetado sobre eles.

Desse modo, revisitar os documentos históricos nos possibilitou encontrar a raiz do preconceito geográfico referente à Caatinga no sertão baiano, que ainda permeia na atualidade. As cartas coloniais são a prova do preconceito geográfico, por meio das descrições das práticas e dos relatos, diretos e indiretos, de dominação e de desumanização dos povos colonizados e da Caatinga.

A colonização formou a percepção negativa sobre a Caatinga e o sertão baiano, e impulsionou o preconceito geográfico que ainda vigora fortemente na contemporaneidade. Há um tensionamento entre os estereótipos tecidos pelo preconceito geográfico e a geograficidade daqueles que habitam os lugares que estão na mira do referido preconceito.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar as menções à Caatinga nos documentos históricos, por meio da paleografia e das geograficidades, foi possível identificar algumas das raízes do preconceito geográfico ainda presente em relação à Caatinga e ao sertão baiano. Trazer as narrativas escritas pelos próprios colonizadores mostra que é possível produzir outras interpretações a partir da mesma base documental, revelando a malícia e as intencionalidades explícitas da empresa colonial. Retomar

os documentos a partir de outra perspectiva permite leituras que tensionam a historiografia e a colonialidade persistente

Analisar os documentos coloniais é um importante movimento contra-colonial, pois eles testemunham o sangramento dos povos e da terra. Deste modo, busca-se fortalecer uma perspectiva geográfica que tem nas experiências e nas memórias encarnadas uma de suas bases. Trata-se de uma geografia que precisa multiplicar os pontos de vista e assumir a tarefa de discutir algumas das bases que constituem a história da formação territorial do país e, em alguns casos, da própria ciência geográfica. ○

### REFERÊNCIAS

- AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Baía, Cx. 11, doc. 122.  
 AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Baía, Cx. 12, doc. 98.  
 AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Baía, Cx. 17, doc. 35.  
 AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Baía, Cx. 38, doc. 17.  
 AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Baía, Cx. 40, doc. 03.  
 AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Baía, Cx. 47, doc. 50.  
 AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Baía, Cx. 60, doc. 32  
 AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Baía, Cx. 68, doc. 65.  
 AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Baía, Cx. 80, doc. 45.  
 AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Baía, Cx. 145, doc. 43, 44.  
 ACIOLI, V. L. C. (2003) **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2003.

A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano

Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII**. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ASSARÉ, Patativa do. **Triste Partida**. Intérprete: Luiz Gonzaga. Gravada em 1964. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/82378/>. Acesso em: 08 dez. 2024.

BARROSO, Gustavo. A origem da palavra 'Sertão'. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v.52, n., 401-403, 1947;

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 2 ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 1995.

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viajantes no final do período colonial (1783 - 1822)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In: ROZENDAHL, Zeny.; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 103-133.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores**. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

DARDEL, Éric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Trad. de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DESINFETAR. In BUENO, Francisca da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FAE/MEC, 1999. p. 354.

DOCUMENTOS manuscritos "avulsos" da Capitania da Bahia: 1604-1828. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009. 2v.

HOLZER, Werther. **Um estudo Fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LÉVINAS, Emmanuel. **De outro modo que ser ou para lá da essência**. Tradução de José Luis Pérez; Lavínia Leal Pereira. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

LIMA, Jamille da Silva. **O sentido geográfico da identidade: metafenomenologia da alteridade Payayá**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva. Desterrados em nossa própria terra: a Yapira Payayá no processo de retomada do território Indígena. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v. 13, n. 25, p. 1-14, 2024.

LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva. Terras de caipora: a proteção Payayá e as derrotas do bandeirantismo no Sertão baiano. In Vicente Eudes Lemos Alves. (Org.). **Do Sertão à Fronteira Agrícola: o espaço geográfico brasileiro em transformação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 37-52.

LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva. Yby: sentido radical de casa. **Kalagatos**, v. 20, n. 2, p. 1-13, 2023.

A Caatinga nos documentos coloniais: preconceito geográfico no sertão baiano

Andreia Bonfim Da Silva, Jamille da Silva Lima-Payayá e Douglas Vitto

MARANDOLAJR., Eduardo. Heideggereopensamentofenomenológico em geografia: sobre os modos geográficos de existência. **Geografia**, Rio Claro, v.37, n.1, p.81-94, 2012.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX. **História**, v. 28, n.2, p. 621-643, 2009.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 23 ed. São Paulo: Martins, 1969.

REAL, Instituto Estrada. Estrada Real: uma estrada, seu destino. **Estrada Real**, Belo Horizonte. Disponível em: <https://institutoestradaareal.com.br/tema/historia/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu/PISEAGRAMA, 2023.

SILVA, Efigênia Rocha Barreto da; LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva. As geograficidades do saber-fazer no uso de plantas e de alimentos no sertão baiano: saúde e cuidado do corpo-terra. **Serviço Social em Revista**, v. 27, n. 2, p. 317-339, 2024.

SILVA, Efigênia Rocha Barreto da. **Meu punhado de farinha: o sabor da ancestralidade no saber-fazer da farinha de mandioca no povoado de Jurema de Pedro Leite, São Gabriel, Bahia**. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Territoriais) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2024.

PAYAYÁ, Juvenal. **Em busca do mapa da verdade**. Salvador: Ed.21, 2024.

TAPERA. In: BUENO, Francisca da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FAE/MEC, 1999. p. 1100.

TEIXEIRA, Mariana Leodora da Silva; SILVA, João Pedro dos Santos; FREIXO, Alessandra Alexandre. A Caatinga em imagens: representações de estudantes de dois contextos socioculturais da Bahia. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v.23, n.3, p. 455-470, 2018.

Submetido em junho de 2024.

Aceito em julho de 2024.